

# Uma abordagem metodológica do tema reestruturação produtiva

Geraldo Augusto Pinto<sup>1</sup>

Quem se interessa pelo avanço da reestruturação produtiva em certo setor econômico, país ou região, normalmente observa um movimento global emergente no pós-década de 70, articulando o centro e a periferia do capitalismo mundial por “redes” econômicas e políticas que envolvem ações estatais e de corporações privadas transnacionais.

Como todo tema complexo, é comum abordá-lo se restringido a objetos menores – como, por exemplo, a questão da organização do trabalho nas empresas e, embora delimitar objetos *a priori* pareça demasiadamente “cartesiano”, se bem conduzida esta etapa ela pode ampliar os ângulos do enfoque temático, pois permite revisar definições não raro utilizadas de forma “operacional”. Mesmo assim, sabe-se que definições não são explicações: antes exprimem categorias que, elaboradas abstratamente a partir da realidade concreta, tornam mais claros fenômenos aí apreensíveis, para os quais se buscam, então, explicações.

Num estudo sobre a organização do trabalho industrial, por exemplo, para além de sua apreensão tal como se esboçam na realidade em foco, os sistemas taylorista, fordista ou toyotista<sup>2</sup>, devem ser despidos de sua roupagem de categorias sociológicas ou econômicas e serem encarados como expressões fenomênicas de um processo histórico mais amplo, nem sempre evidente à primeira vista. Deve-se, assim, partir destas categorias para:

- 1) Buscar a *essência* destes fenômenos, indagando acerca das determinações históricas centrais presentes em sua gênese e evolução ao longo do tempo e do espaço histórico em que se constituíram, visando com isso *compreender o seu significado efetivo na realidade concreta* na qual se apresentam no momento da pesquisa;
- 2) Apreender, por sua vez, esta realidade concreta, não como um recorte num tempo e num espaço “estáticos”, mas como uma *processualidade histórica em constante mutação*,

<sup>1</sup> O autor é bacharel em Sociologia e Ciência Política, Mestre e Doutorando em Sociologia do Trabalho, todos pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Na mesma instituição, é docente (estagiário) em Humanidades nos cursos de graduação em Engenharia, integrando ainda, como pesquisador da indústria automotiva, o grupo do projeto *Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil*, coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes e apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). É também, enquanto doutorando, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> A escolha do chamado Sistema Toyota de Produção como exemplo aqui de uma organização flexível deve-se à aceitação, em boa parte da literatura sobre o assunto, da significância de seus princípios em relação aos sistemas taylorista e fordista, dos quais inicialmente partiu (embora em condições históricas específicas de sua época) o seu criador, Taiichi Ohno. Em segundo lugar, porque este sistema, dada a sua versatilidade em reduzir materiais em processo e força de trabalho, bem como produzir em larga escala com diversificação, mostrou-se a chave para as condições de mercado com crescimento lento e demanda variável vigentes após as crises da década de 70, tendo sido inclusive o responsável pela substancial expansão da indústria automotiva japonesa – a qual invadiu até mesmo o maior o mercado automotivo do mundo (EUA) nos anos 80.

*compreensível* enquanto síntese de múltiplas determinações econômicas, sociais e políticas.

Numa análise dos escritos econômicos de Marx, Lukács (1979, p. 23) aponta:

Imediatamente, são obra de ciência e não de filosofia. Mas seu espírito científico passou através da filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda verificação de um fato, toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daqui para ir além, para investigar ininterruptamente todo o âmbito do factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica.

Numa perspectiva que se propõe ir além da apreensão imediata dos fenômenos tais como aparecem na superfície da realidade, mas chegar à compreensão de sua existência no período histórico em que se manifestam – isto é, compreender o seu significado efetivo dentro da totalidade econômica, social e política que compõe a realidade concreta analisada –, os sistemas taylorista, fordista e toyotista de organização do trabalho devem ser considerados como *formas de ser sociais* no modo de produção capitalista.

Considerá-los assim se faz imprescindível tão logo olhamos para a realidade atual das empresas e nelas encontramos *todos* estes sistemas imbricados entre si, ainda que um ou dois se manifestem mais evidentemente que os demais<sup>3</sup>. Por outro ângulo, investigando a própria gênese histórica e os princípios fundamentais de cada um destes sistemas, é evidente que se o taylorismo precedeu o fordismo e este o toyotismo, todos mantêm ainda hoje a mesma *base ontológica*, isto é: se por um lado são sistemas de organização do trabalho e estão, assim, ligados à práxis<sup>4</sup> social, por outro, enquanto expoentes de formas historicamente constituídas da organização produtiva estes três sistemas têm por base o mesmo objetivo – a racionalização do trabalho humano no modo de produção capitalista.

Assim posta a questão, somente enquanto categorias, reconstruídas analiticamente visando expressar suas singularidades como fenômenos históricos, os sistemas taylorista, fordista e toyotista podem ser concebidos individualmente e situados em lugares e épocas distintas. Se os compreendêssemos, na realidade atual, como mutuamente excludentes e passíveis de separação, implicaríamos em vê-los como eventos de uma história “linear”, composta por uma sucessão de fatos plenamente acabados e encerrados em si mesmos.

Na realidade abordada pela pesquisa, deve-se, pois, buscar os nexos explicativos da ocorrência de tais fenômenos por meio da compreensão do complexo de determinações

---

<sup>3</sup> Temos comprovado este fato no Brasil com visitas a empresas do ramo metalúrgico no Estado de São Paulo e a literatura, nacional e estrangeira, não nega a heterogeneidade das inovações tecnológico-organizacionais no interior das firmas, onde *layouts* modernos podem conviver com equipamentos antiquados e vice-versa.

<sup>4</sup> Fazemos uso desta palavra dentro do significado que assume no campo do pensamento marxista, onde se entende por *práxis* o conjunto das atividades humanas primordialmente ligadas à criação das condições indispensáveis à existência da sociedade – particularmente a atividade ou produção material.

sociais, econômicas e políticas desta realidade, a qual ajudam a compor enquanto *formas de ser sociais*, e sobre as quais se fundamentam. Tal compreensão resultará da investigação das condições ontológicas que a realidade concreta analisada mantém em comum com os momentos e lugares historicamente originários dos fenômenos que nela se apresentam.

Apenas esta abordagem histórica torna plausível, e não paradoxal, o fato de que os três sistemas de organização aqui citados encontram-se mesclados e em pronta utilização nos variados âmbitos do trabalho, do século passado até hoje. Mesmo os cronologicamente mais antigos, como o taylorista e o fordista, se até agora não se desenvolveram plenamente tal como idealizados em sua época de origem, sobreviveram nos mais novos, como o toyotista, seja no plano da concepção<sup>5</sup>, seja no da aplicação prática, onde condições históricas específicas muitas vezes exigem adaptações nas inovações em curso<sup>6</sup>.

Seus próprios “criadores” assim os viam, pois cada qual interpretou e absorveu, a seu modo, o pensamento da época anterior como forma de adaptar-se a uma dada realidade que, embora nova, continuava embasada por uma determinação ontológica comum aos períodos de aparição dos demais sistemas: a exploração do trabalho no modo de produção capitalista.

Taichii Ohno (1997), por exemplo, ao comentar o sistema por ele desenvolvido durante 35 anos na Toyota Motor Co., disse tratar-se de um processo de reformulação constante e não de uma “receita”, salvo se vista como a necessidade de constantes aperfeiçoamentos<sup>7</sup>. O toyotismo é um fenômeno, então, cuja gênese histórica e as etapas de sua evolução não estão dadas, imediatamente e de “forma acabada”, na aparente sistematicidade com que se apresentaram ou se apresentam na indústria avançada; nem na Toyota, em território japonês. Frederick Taylor (1970) e Henry Ford (1995) também chamavam a atenção para que suas noções fossem entendidas, sobretudo, como *princípios* e

---

<sup>5</sup> Prova disso é a própria confissão de Taiichi Ohno acerca de suas leituras de Henry Ford e a subsequente continuidade que dá a muitas conclusões deste a respeito da organização da produção de massa num fluxo contínuo de trabalho – porém, com significativas rupturas no que tange aos métodos e técnicas especificamente empregadas atualmente, posto que alteraram-se as condições históricas e, com elas, as diferentes finalidades e alvos da produção de massa. Para uma discussão mais detalhada, ver o próprio Ohno (1997, p. 105-119), bem como Coriat (1993).

<sup>6</sup> Entre estas determinações econômicas, sociais e políticas específicas que desviaram (e ainda desviam) a implementação *ideal* ou sistemática de cada um destes conjuntos de métodos de organização, pode-se citar: o combate dos organismos de luta da classe trabalhadora, como os sindicatos, bem com a formação social e cultural desta classe em diversas localidades; as instabilidades dos mercados de consumo, nacionais e internacionais; as limitações da capacidade tecnológica de cada país, resultante de uma divisão internacional do trabalho. Há ainda casos históricos complexos, como foi a implantação generalizada do sistema taylorista na URSS durante o período chamado “comunismo de guerra” (entre 1917 e 1921) (BETTELHEIMM, 1976; LINHART, 1977), ou do sistema fordista mesclado a técnicas de controle de qualidade (desenvolvidas pelo estatístico Deming) no Japão, no pós-1945, sob a influência dos EUA.

<sup>7</sup> Uma ilustração instigante deste raciocínio presente em Ohno, referindo-se, inclusive, a Ford e seu sistema de organização, é a seguinte afirmação do engenheiro japonês: “Sorensen [Charles Sorensen, primeiro presidente da Ford Motor Company] escreve que Henry Ford não foi o pai do sistema de produção em massa, e sim um patrocinador do mesmo. Nem todos concordariam com esta afirmação. Eu, por exemplo, reverencio a grandeza de Ford. Acredito que se o rei dos carros americanos ainda estivesse vivo, estaria, com certeza, orientando-se na mesma direção da Toyota” (OHNO, 1997, p. 108).

não normas técnicas, o que já aponta o quanto é provável que permaneçam ainda aplicáveis em certas situações, mesmo combinados com outros métodos de organização<sup>8</sup>.

Em vista destas complexidades é que julgamos ser preciso buscar uma análise cuja estrutura interna restaure, no plano do pensamento, a realidade autêntica pesquisada.

Tomando as palavras de Lukács (1979, p. 27), acerca da estrutura das obras de Marx:

É uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno em singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade em-si, que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário – crítica e autocriticamente – no máximo nível de consciência, com o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele.

Se as formas com que os homens e mulheres organizam socialmente o trabalho, derivam da luta entre grupos pelo controle da produção e seus resultados – luta que estabelece a sua divisão em classes sociais –, cada época lega à seguinte uma determinada estrutura produtiva e de circulação social de bens materiais e imateriais<sup>9</sup>, a qual se impõe às gerações vindouras ao menos enquanto lhes assegura imediatamente a existência. Para além das formas de sociabilidade, tal estrutura ainda traz consigo certa divisão e instrumentos de trabalho, cuja permanência demonstra claramente que só uma transformação revolucionária permitirá à sociedade em questão superar suas relações sociais de produção rumo a uma nova estrutura produtiva, o que poderá culminar na extinção da própria divisão de classes.

Não é o caso da expressão reestruturação produtiva, tal como é empregada na atualidade, pois seus objetivos não são outros senão a consolidação e aprofundamento das condições de funcionamento do modo de produção capitalista, pressupondo, portanto, a continuidade da luta de classes, sob novas formas, com novos embates em novos cenários.

Aqui reside o núcleo central das preocupações metodológicas inerentes a este tema: é preciso ultrapassar a metodologia que apenas situa “cronologicamente” a ocorrência do fenômeno reestruturação produtiva a partir dos últimos trinta anos do século XX. Enquanto expressão fenomênica de determinações econômicas, sociais e políticas profundas, uma pesquisa sobre a reestruturação produtiva requer uma contextualização histórica que reúna, como num circuito fechado, perspectivas metodológicas cujas análises abranjam:

---

<sup>8</sup> Estudos como o de Fleury (1983), Carvalho e Schmitz (1990), Humphrey (1993), Salerno (1993), Coriat (1994) e Posthuma (1995), já levantaram informações bastante precisas a respeito desta questão, analisando a implantação de sistemas de organização flexíveis na indústria metalúrgica no Brasil desde os anos 70.

<sup>9</sup> Constituída historicamente a partir do metabolismo entre homem (ser social) e a natureza (meio ambiente), fundado sobre o *trabalho*, primeiro e fundamental ato histórico (MARX, ENGELS, 1996).

1º) Uma apreensão fenomênica do conjunto de objetivos, tecnologias e métodos de organização do trabalho que se apresentam como tendência no momento em que se indaga acerca de um processo de reestruturação produtiva. Aqui faz sentido observar e analisar os elementos empíricos da realidade como, no caso de uma indústria: a padronização de métodos, máquinas, ferramentas e produtos; os *layouts* das linhas de produção; a divisão na organização funcional do trabalho (no que tange às fases de concepção, planejamento, gestão e execução); a subdivisão de tarefas inerentes a cada função e a cada trabalhador ao longo dos processos; e, por fim, o grau de integração destes elementos em unidades que concentrem mais ou menos verticalmente as atividades ligadas a um produto central. É no âmbito desta análise que se consideram as inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas nas esferas de trabalho (automação, gestão da qualidade em processo, qualificações técnicas e pessoais envolvidas etc.), desde os níveis gerenciais até os operacionais. O seu resultado revelará, grosso modo, a existência de sistemas de organização mais ou menos definidos entre o taylorista, o fordista, o toyotista, ou outros.

2º) Uma análise de base ontológica, que, juntamente à investigação anterior, reconstrua o conjunto de métodos, objetivos e técnicas de organização não apenas mediante sua lógica inerente aos processos de produção a que se aplicam como soluções objetivas, mas como *conceitos culturais estabelecidos no plano político, econômico e social, tanto dos momentos históricos em que surgem, quanto nos que se manifestam em sua posterior expansão*. Nesta etapa, importa reconstruir analiticamente estes sistemas de organização do trabalho enquanto *formas de ser sociais*, isto é, explicá-los enquanto sínteses de múltiplas determinações históricas presentes em sua constituição nos momentos e lugares em que surgiram, bem como durante as fases que percorreram (e ainda percorrem) em seu processo de difusão. Assim re-elaborados, estes sistemas de organização poderão ser compreendidos como projetos econômico-políticos de uma classe social (ou de frações dela), podendo-se argüir, a partir daí, se realmente estão presentes (mesmo enquanto *tendências*) em momentos e lugares distintos dos quais surgiram. No âmbito desta investigação, caberá inquirir acerca do papel do Estado, dos organismos de luta das classes trabalhadora e patronal, bem como das condições econômicas, políticas e culturais locais e regionais em que se manifestam estas *formas de ser sociais*.

Por meio desta abordagem do problema, é possível ver que a reestruturação produtiva é um processo há muito presente na história do capitalismo, sendo um elemento essencial de sua manutenção. Neste sentido, cada sistema de organização aqui citado foi, nos momentos e lugares históricos específicos de seu surgimento, expressão fenomênica de determinações históricas enquanto projetos de hegemonia classista que se difundiram, não por acaso, dos países capitalistas centrais para as economias periféricas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Pode-se argumentar que o sistema toyotista de organização, tendo sua origem no Japão logo após a II Grande Guerra (1939-1945), não provém, assim, de uma economia capitalista central (pelo menos neste período de reconstrução do pós-guerra). Mas isto é um equívoco. Primeiramente, é desnecessário apresentar considerações sobre a importância estratégica do Japão enquanto se mantivesse como uma economia capitalista, ao fim da II Grande Guerra, o que, ademais, foi o que ocorreu. Em segundo lugar, o sistema toyotista de organização, se “nasceu” por volta de 1947, muitíssimo influenciado pela política de reconstrução norte-americana (tendo, aliás, seu primeiro arranque durante a Guerra da Coréia, 1950-1953), tornou-se efetivamente um sistema “maduro” de organização do trabalho durante os anos 50 e 60, quando então passou

A esta altura de nossa argumentação, cremos que, ao contrário do que possa parecer, não estamos colocando o conceito de reestruturação produtiva num nível de generalização estéril, cujas perspectivas analíticas o tornem incapaz de expressar as transformações do capitalismo contemporâneo. Nosso intuito é, antes, manter acesa a chama da *dúvida* no tocante à metodologia com a qual a Ciência examina a realidade concreta e desenvolve as explicações dos fenômenos que nesta se encontram (aparentemente difusos, ou, quando muito, dispostos apenas de forma *lógico-formal*), buscando, com isso, torná-los inteligíveis e claros – ainda que se tenha de recorrer, para tal, a conceitos abstratos.

Neste sentido, questionar tais conceitos – mesmo que reconstruídos analiticamente a partir da realidade concreta sob critérios absolutamente válidos no pensamento científico, é questionar a pertinência e o próprio papel social deste pensamento, cujo propósito é desvendar a conexão efetiva dos fatos e seu encadeamento na realidade *histórica*, indo para além dos simples relatórios de suas aparições. Esta dúvida, portanto, mais que um instrumento metodológico, é a própria “substância” que legitima e consolida a razão de ser da Ciência, garantindo sua autonomia acima de qualquer ordem social estabelecida.

Deste modo, fundamentando historicamente a expressão reestruturação produtiva, ao contrário de esterilizarmos suas perspectivas analíticas ou generalizarmos demasiadamente suas possibilidades teóricas, cremos que estamos nos orientando melhor na busca de suas manifestações mais clássicas, singulares e efetivas. Isto porque, ampliando os modos de sua *apreensão*, enquanto fenômeno histórico, aperfeiçoa-se a *compreensão* das formas com as quais se apresenta na atualidade, o que faz expandir, por conseguinte, as próprias bases de investigação das determinações econômicas, sociais e políticas do atual contexto.

## Referências

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)**. Tradução de Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

---

a expandir-se pela cadeia automotiva japonesa (CORIAT, 1994). Somente em fins dos anos 70 e, mais especificamente, com a invasão do mercado automotivo norte-americano nos 80, é que o sistema toyotista de organização tornou-se uma referência mundial, difundindo-se a países capitalistas nos mais diversos estágios de desenvolvimento.

CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, p. 148-156, jul. 1990.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, Helena Sumiko (Org.) **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 79-91.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan; Ed. da UFRJ, 1994.

FLEURY, Afonso Carlos Corrêa. Rotinização do trabalho: o caso das indústrias mecânicas. In: FLEURY, Afonso; VARGAS, Nilton (Coord.) **Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar; sete estudos sobre a realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 1983. p. 84-106.

FORD, Henry. Minha vida e minha obra. In: FORD, Henry. **Henry Ford: por ele mesmo**. Sumaré, SP: Martin Claret, 1995. p. 107-159.

HUMPHREY, John. Adaptando o “modelo japonês” ao Brasil. In: HIRATA, Helena Sumiko (Org.) **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo, SP: EDUSP, 1993. p. 237-257.

LINHART, Robert. **Lenine, os camponeses e Taylor**. Tradução de Adelino dos Santos Rodrigues. Portugal: Iniciativas Editoriais Lisboa, 1977.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

OHNO, Taiichi. **O sistema toyota de produção: além da produção em larga escala**. Tradução de Cristina Schumacher. Porto Alegre, RS: Bookman, 1997.

POSTHUMA, Anne Caroline. Técnicas japonesas de organização nas empresas de autopeças no Brasil. In: CASTRO, Nadya Araújo de (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a. p. 301-332.

SALERNO, Mário Sérgio. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena Sumiko (Org.). **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 139-152.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. 7. ed. Tradução de Arlindo Vieira Ramos, São Paulo: Atlas, 1970.